

Acta da única reunião da sessão ordinária do Conselho Municipal de Évora em dezassete de Setembro de mil novecentos e cinquenta e três.

Dos dezassete dias do mes de Setembro de mil novecentos e cinquenta e três, cerca das dezassete horas, realizou-se, no Salão Nobre dos Paços do Conselho de Évora, a reunião ordinária do Conselho Municipal, imprimeiramente convocada para a aprovação das bases do orçamento ordinário e plano de actividade para o anno de 1954. Compareceram os senhores Dr. João Luis Vieira da Silva, Presidente do Conselho Municipal e os vogais senhores José Fragoso de Paula Soares, Engenheiro, Sebastião José Perdigão, Engenheiro, Felício Rodolfo Fernandes Lotes, Egídio António Seródio, Raul Pita Domingues, António Borges Barreto e Raul António Albuquerque de Seixas. Verificada a presença da maioria dos vogais, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, secretariado pelo Senhor Egídio António Seródio e Senhor António Borges Barreto, este último, na falta do Senhor Joaquim Alves Alfaiate, que não pôde comparecer tendo sido justificada a falta bem como a dos restantes vogais excellentissimos senhores Valente Vicente, Dr. António Pires dos Santos Mata, António Joaquim Serra, Engenheiro, Abbauo Sales de Matos, Fernandes e Manuel Joaquim Grave, que tambem não puderam comparecer. - Perguntando o Senhor Presidente se algum dos vogais desejava tomar a palavra... pronunciou-se o Senhor engenheiro Sebastião José Perdigão, dizendo que se deviam reabri-

mir os abusos de colocarem pilhas de roupa às portas das casas de commercio; que se corrigisse o uso e abuso de porta-vozes e amplificações sonoras dos charlatões de feiras e que se prohibisse a instrução, às tuças-feiras, de veículos automóveis e principalmente tractores.

Usou tambem da palavra, o vogal Senhor Paul Pita Domingues, pedindo esclarecimento acerca da possibilidade do fornecimento de energia electrica a Viana do Alentejo e Alcaçovas. O Senhor Presidente declarou não ter conhecimento da pretensão do Senhor Presidente da Câmara de Viana do Alentejo, mas que, por enquanto não concorda pois que traria prejuizo que a Câmara não pode suportar! - Continuando no uso da palavra o Senhor Presidente disse: - Cumpro, pela 2.^a vez, o preceituado no § 3.^o do art.^o 29.^o do Código Administrativo, convocando V.^{as} Srs.^{as}, para discussão do plano de actividade e bases do orçamento ordinario dum novo ano que se avizinha.

Afigura-se-me que ficaremos todos muito habilitados a discutir o plano de actividade para o ano de 1954, depois duma revisão do que se realizou no ano corrente e do que está presentemente em desenvolvimento, explicando porque não é totalmente cumprido, o plano discutido por V.^{as} Srs.^{as}, há precisamente um ano. Esclarecidos por esta forma, estamos aptos a dar continuidade ao que tem possibilidade de se efectuar e a relegar para o seguinte plano tudo quanto nos pareça de menor interesse e urgência. Continuamos fiéis à orientação que preconizei no dia em que assumi a responsabilidade do lugar que occupo. Mantenho portanto o propósito de conceder às frequencias

rurais do Conselho o indispensável a qual-
quer pequena povoação e a que muito sus-
tavelmente aspiram. Poiso se fez este acor-
rente nesse sentido, não porque a Câmara
não tivesse incluído no seu plano de acti-
vidade e previstos em orçamento numero-
sos melhoramentos do género, mas muitas
das verbas orçadas não puderam ser com-
participadas e, nessa Câmara em que o
dinheiro não abunda, não se consegue
realizar sem comparticipações. Para efeitos
de comparticipação, a entrega de projectos
de obras na Direcção Geral dos Serviços de
Urbanização, como nas outras direcções Ge-
rais e como é lógico, tem um prazo até
Outubro de cada ano, para obras a realizar
no ano seguinte. Ora, como V.ª Sa.^{da} sabem
eu entrei em exercício em Setembro de 1952
e apesar da melhor vontade dos Serviços Técni-
cos da Câmara, não foi possível concluir
todos os projectos necessários em um período de
pouco mais de 30 dias, e ainda porque se
deu primazia à obra de maior custo do
plano, procedendo a levantamentos, para
elaboração dos projectos das linhas eléctricas
do Conselho, projectos que entraram a tempo
e horas na Direcção Geral dos Serviços
Eléctricos, o que nos impediu receberem-se to-
das as comparticipações pedidas para esses
trabalhos.

Perante V.ª Sa.^{da}, aproveito a oportuni-
dade para expressar o reconhecido agrade-
cimento desta Câmara ao Excelentíssimo
Senhor Director Geral dos Serviços Eléctri-
cos e a todos os Senhores Engenheiros e

pessoal sob as suas ordens, pela rapidez e gentileza com que foram atendidos e resolvidos os problemas do Cauceiro de Évora. Dá gosto trabalhar com aquela Direcção Geral, sempre pronta a fomentar o melhor que pode a expansão do uso da energia eléctrica. Graças às avultadas comparticipações concedidas, temos entre mãos a realização de uma obra, com projecção futura, no progresso do cauceiro.

Mas voltamos a falar do grupo de pequenas obras previstas no plano de 1953. Foram comparticipadas três dessas obras a saber: -

- Construção de esgotos no Bairro da Senhora da Glória, comparticipado na importância de: - 88.500\$00;
- Abastecimento de água a Valverde e construção d'um lavadouro (1.ª fase - pesquisas) - comparticipado na importância de: - 21.750\$00

Pavimentação de ruas na freguesia de Torre de Coelheiros - ..

A primeira destas três obras é sem dúvida a mais importante do grupo de pequenas obras previstas, porquanto trata-se d'um bairro situado numa das principais entradas da cidade, junto à estrada que nos liga a Lisboa, bairro cujo saneamento permitirá um arranjo dessa entrada que como quase todas as outras da cidade, estão com muito mau aspecto. A pavimentação de ruas na freguesia da Torre de Coelheiros não era obra que tivéssemos previsto no plano d'este ano. Aparece-nos comparticipada há relativamente poucos dias em virtude de projecto existente e enviado em Tempos à Direcção Geral dos Serviços de Urbanizações, que agora concedeu a comparticipação necessária, de que

ainda não sabemos a importância, mas que
é concedida com o fim de apurar a solução
na crise de trabalho que principiava a
esboçar-se naquela mesma freguesia. A
obra do Bairro da Senhora da Glória está prá-
ticamente concluída. As pesquisas de água em
Valverde vão iniciar-se dentro de um ou dois
dias, depois de se proceder à adjudicação conve-
niente desses trabalhos, só agora iniciados, por
que também só há muito pouco tempo, ti-
vemos notícia oficial de que a obra era
comparticipada. Os trabalhos de pavimenta-
ção na Freguesia de Torre de Coelheiros já
começaram há tempos e são administrados
directamente pela respectiva Junta de Fregue-
sia. Posso comunicar a V. Ex.ªs. que visi-
tei o local há dois dias acompanhado do En-
genheiro Chefe da Participação Técnica, e que
os trabalhos executados até agora, têm sido ori-
entados com bom critério. Torre de Coelheiros
deve ficar com todos os seus principais ar-
ruamentos, decentemente pavimentados. Há,
como V. Ex.ªs. sabem, o grande desejo
desta freguesia ver construída uma estrada
municipal que a ligue à sede do Coel-
celho. Essa era uma das obras previstas no
plano de actividade do ano corrente. Um
ofício da Direcção Geral dos Serviços de
Urbanização, informou esta Câmara, em
resposta ao respectivo pedido de comparti-
cipação, de que devia ser suspender por agora
todas as medidas tendentes à construção
dessa estrada, em virtude de estar em
estudo na mesma Direcção Geral um novo
traçado dos caminhos municipais.

Plano Eléctrico

Estão V. Excellências recordados do plano de electrificação do Concelho que há um ano submeti à apreciação deste Concelho Municipal.

Consta desse plano, conforme Vossas Excellências podem verificar pelo projecto, a construção de linhas eléctricas de alta tensão e de cabines transformadoras que permitiriam fornecer energia a todas as freguesias rurais, cujo respectivo inquérito económico o aconselhe e ainda a todas as instalações agrícolas que o desejem e que se encontrem em situação de poder receber essa energia em boas condições económicas; tudo depende da distância a que se encontrarem das linhas de alta tensão a construir. Estou no entanto certo, que um grande número dessas instalações agrícolas vão ser beneficiadas, a avaliar pelos pedidos já entregados na Secretaria dos Serviços Municipalizados. Para realização deste plano eléctrico, houve que proceder a levantamentos nas extensões que Vossas Excellências podem apreciar pelo projecto, houve que elaborar projectos de postes destinados às linhas de alta tensão, conseguir a aprovação de todos esses projectos, adaptar as oficinas dos nossos Serviços Municipalizados às necessidades duma obra deste género, ampliar a subestação transformadora da cidade por forma a permitir o funcionamento dum grande transformador de 1.000 K.W.A., aguardar as recepções das necessárias participações e só então metter mãos à obra.

Comunico a V. Ex^{as} que chegou esse momento, pois foram recebidas comunicações oficiais nesta Câmara que annunciam a

concessão de participações num total de
945:600\$00.

Deste plano está cumprida a electrifica-
ção da freguesia de Nossa Senhora da Tourega
e iniciaram-se já os trabalhos para construção
da linha de alta tensão para Azaruga e S.
Miguel de Machete. Brevemente começam os
trabalhos de electrificação da populosa zona
dos Lavareais que beneficiarão igualmente
muitos casais agrícolas da região. Como
Vossas Excelências verificam pelo projecto, pre-
ve-se numa segunda fase destas obras linhas
de alta tensão para Nossa Senhora de Machete
Torre de Boelheiros e uma outra que ligará
S. Mamedos, Verdinha e a instalação agrícola
da Fuiada. Prevê-se no entanto que a electri-
ficação de algumas freguesias será condiciona-
da ao inquérito económico a realizar. A
linha de alta tensão que fornece energia
à estação elevatória das águas da Praça do
Divor, foi prolongada até à vila de Anaiolos,
que no momento é fornecida de energia
pelos nossos Serviços Municipalizados. Des-
ta mesma linha, prevê-se a construção
de um ramal, para electrificação da fregue-
sia da Praça do Divor.

Permitam agora Vossas Excelências que
lhes fale, dando foros de maior latitude
à discussão do plano de actividade do
Município, de alguns problemas de gran-
de interesse para a cidade, mas em vias
de solução, outros que é necessário não des-
curar, incluindo-os sempre na primeira
linha dos objectivos a conseguir, em bora
total ou parcialmente estranhos, às bases

do orçamento que não aprecia-se em conjunto com a actividade a empregar. Entendo, todos assim o compreendem, que não deve essa actividade limitar-se ao que depende das verbas orçamentadas ou a orçamentar, devendo abranger também, tudo que constitua interesse primordial da cidade. Neste plano, adoptamos o principio de dispendere o melhor de nosso esforço, secundando e colaborando modestamente na notável accção do Ilustre Chefe de Distrito, para se conseguirem quatro grandes aspirações cuja satisfação é evidentemente indispensável. Refiro-me ao Hotel de Turismo, ao Palácio da Justiça, ao Centro Anti-Canceroso e à Central Pasteurizadora. Qualquer destas realizações é de maior interesse, cada uma em seu sector distincto.

Sem me esquecer pelas pensões que existem, aceitáveis na respectiva categoria, temos de concordar que Évora se encontra em situação conflagradora, quando diariamente se lhe deflora a necessidade de receber e instalar com decência, os visitantes de todo o mundo que procuram conhecê-la e contemplar de perto os seus encantos. Mas não se trata de arrecadar ou accentuar uma deficiência soberbamente conhecida! Na cidade procedeu-se em devido tempo, a pequeno inquérito, que permitisse avaliar da possibilidade de investimento de capitais particulares na empresa de construção de um Hotel. Não resultou, porque vivemos um meio de lavradores, aguardados ás suas terras, nos amanho das quais emprenham anualmente, até mesmo os mais abastados, boa parte ou o total dos capi-

tais disponíveis. Não se diga que esses lavradores são falhos de espírito empreendedores!

Ali, no seu ambiente próprio, sabem como ninguém, arriscar reservas monetárias e, quando as não possuem em suficiência, não hesitam em contrair empréstimos, embora depois sujeitos às contingências do nosso clima, tão exacta é a noção que possuem de que devem produzir cada vez mais. Não se arquivou por isso o assunto do hotel, antes é fortemente agitado, embora se mantenha em abstração em virtude de dificuldades, que não desanimam os mais activos, dado o carinho e interesse com que o assunto é encarado e recebido superiormente.

Quanto ao Palácio da Justiça, também não é necessário encarecer a necessidade de instalar condignamente os serviços judiciais que funcionam na Cidade, nem as vantagens d'um edificio municipal com pleto alvarato livre. Sua Excelência o Ministro da Justiça compreendeu melhor que ninguém a situação e aceitou prontamente a ideia.

O problema tem agora a Câmara que o resolver e ainda que não consiga negociar rapidamente e em condições aceitáveis para as suas possibilidades orçamentais, o terreno necessário à construção do Palácio, como era seu desejo, não deixa de reconhecer a pronta deferência de Sua Excelência para com a cidade. Os negócios neste sentido estão praticamente em ponto morto, donde procuramos sair em oportunidade próxima, ligadas à resolução do problema Palácio da Justiça, andam as obras de arrazo do

Gardim de Diana e remoção do depósito e levado das águas. Mas, enquanto se não criarem condições económicas que permitam cumprir por fases essas obras e se mantiverem de pé os inestéticos paredes do antigo Palácio da Inquirição, não vale a pena pensar na urbanização daquele local.

Para construção do Centro Anti-Canceroso, prevê-se uma área de 14.000 metros quadrados. Trata-se de uma bela instalação hospitalar de carácter regional. Brevemente vai ser pedida pela Câmara, a sua Excelência o Ministro do Interior, autorização para cedência gratuita da referida área de terreno. Feias de natureza burocrática, só agora permitiram chegar próximos ao termo da colheita de elementos, necessários à elaboração da escritura de compra, de mais uma pequena parcela de terreno, necessária para completar a área prevista.

A Central Pasteurizadora, graças à boa orientação da Direcção da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite a quem o Excelentíssimo Governador Civil do Distrito e esta Câmara prestaram toda a colaboração necessária, é uma realidade dentro de muito pouco tempo, e uma vez a funcionar, colher-se-ão notáveis benefícios para a saúde pública, em especial para as crianças. O edifício da Central Pasteurizadora de Évora vai em adiantada fase de construção e será possivelmente o primeiro no País, com estas proporções, a funcionar em serviço público. Fornecidos à V. Ex.^{cia} os elementos atrás descritos, descrevemos resumidamente o plano de actividade para 1954 a submeter à apreciação deste Conse-

lho Municipal.

a) - Pavimentação das Ruas dos Penedos e dos Lagares	85.000\$00
b) - Abastecimento de água à Boa-Fé....	120.000\$00
c) - Idem a Nossa Senhora de Fátima.....	250.000\$00
d) - Idem a Nossa Senhora da Louça....	100.000\$00
e) - Idem a S. Matheus	170.000\$00
Total:	725.000\$00

A pavimentação das ruas dos Penedos e dos Lagares impõe-se por serem das poucas artérias da cidade ainda mal pavimentadas a macadam. O conveniente abastecimento de água às quatro freguesias indicadas e que não dispõem dela, creio que não merece sequer discussão.

Este pequeno programa de obras é, como V. Ex.^{cia} pode verificar pelo orçamento, tudo quanto nos permite as possibilidades económicas da Câmara, não esquecendo que pelos respectivos pelouros há obras inadiáveis a realizar, pelo que houve necessidade de os dotar convenientemente, em especial o pelouro dos Mercados e dos fardios por razões que adiante se verão. No que diz respeito ao programa de electrificação do Concelho, de que não estão presentes as respectivas verbas, por fazerem parte do orçamento dos Serviços Municipalizados, verbas que indirectamente se refletem no orçamento da Câmara.

Passemos à apreciação das bases do orçamento ordinário para 1954: o art.º 75-7 do Código Administrativo manda elaborar o orçamento ordinário do Município de acordo com as bases votadas pelo Conselho Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara. O § único deste mesmo artigo diz o que conte-

rão as bases do orçamento na ordem seguinte:

a) - computo aproximado das despesas a realizar - Para realizar despesas, temos que contar com receitas e para calcular estas sem perigo de erros irremediáveis, seguiram-se as normas do art.º 679 do Código Administrativo levando em conta o conteúdo da circular T-4-10 de 3 de Outubro de 42 da Direcção Geral da Administração Política e Civil. Para cálculo das despesas, a linha que nos ocupa, cumpriu-se o estabelecido nos artigos 672 e 678 do Código Administrativo levando em linha de conta as necessidades imperiosas dos pelouros.

b) - O critério de distribuição das dotações destinadas a obras e melhoramentos das freguesias, - - Das obras escolhidas e incluídas no plano de actividade há pouco descrito, reconhecem V.ª S.ª a preocupação de dotar as freguesias com os elementos indispensáveis à sua vida.

c) - Discriminação das obras de interesse público a realizar pela Câmara e sua dotação aproximada:

Pavimentação das Ruas dos Penedos e dos Lagares	85.000 \$00
Abastecimento de água à Boa Fé	120.000 \$00
Idem a Nossa Senhora do Machede	250.000 \$00
Idem a S. Marcos	170.000 \$00
Idem a Nossa Senhora do Tourego	100.000 \$00
Total:	725.000 \$00

d) - Novos lugares a criar - O quadro do pessoal da Secretaria da Câmara está muito à queimada do que é previsto pelo Código Administrativo para uma sede de concelho da categoria de Évora. Tal facto obriga ao estacionamento na Secretaria de pessoal da fiscalização, impedindo-o assim de cumprir o serviço a que é

destinado. Estuda-se neste momento a possibilidade de admitir pessoal de carteira por forma a libertar os fiscais ali ocupados. Feito esse estudo, apresentarei oportunamente a V. Ex.^{as} as respectivas conclusões.

e) - Judicação das economias a realizar na administração municipal - Dispõe a Câmara de um mercado antiquado e incómodo que por esse motivo está condenado a desaparecer para que em sua substituição se construa um outro de melhor aspecto e com capacidade que sirva satisfatoriamente a cidade actual. Essa construção está orçada em 4.500 contos, irrealizável no momento, dadas as condições económicas da Câmara. Estão em curso e terminarão no ano que vem obras de restauro e conservação do velho mercado, não porque é o mereça, mas porque entendemos não o deixar arruinar-se e continuar no aspecto de abandono em que se encontrava. Com estas obras procede-se à construção de novas vagas ou tabuleiros, pois dá-se o curioso facto de não pertencerem à Câmara nenhum dos velhos tabuleiros que estão em uso. Explorado convenientemente, como sucede em todos os mercados, o aluguer desses tabuleiros, estou convencido que se toma uma boa medida de economia, melhorando sensivelmente o rendimento do mesmo mercado.

f) - Aprovação das deliberações sobre criação de novas receitas e indicação de quais se ajuizarem - Comunico a V. Ex.^{as} Excelências que não há deliberações deste género a aprovar. Informo no entanto que a Câmara apresentou a Sua Excelência o Ministro da Economia duas proposições em que pede a revisão das tarifas da energia eléctrica

fornecida pela U. E. P. Se alguma coisa se conseguisse neste sentido fundamentalmente com a expansão da nossa rede eléctrica, estou convencido de que se criarão novas receitas. Existem na cidade à volta de 800 consumidores de água, na residência dos quais não existia o indispensável contador, funcionando o contrato desses consumidores com os Serviços Municipalizados, à base de arrendar. Podem V.ªs. calcular os abusos a que se presta semelhante sistema. Foram desde já recomendados à casa da especialidade os contadores necessários. Foram dadas ordens à Secretaria da Câmara para que reveja o desactualizado cadastro do imposto de trabalho e bem assim um seu número de taxas também desactualizadas.

Qualquer destas duas medidas, estou também convencido, que nos facultará um aumento de receitas.

g) - Aprovação das deliberações camarárias sobre empréstimo cuja realização se proveja ou sobre a parte de empréstimos a levantar no novo ano. - Pesam sobre o orçamento do Município setecentos e sessenta e quatro mil seiscentos e sessenta e quatro escudos de encargo anual de empréstimos, verba que elimina a possibilidade de contrair novos encargos, muito embora as obras de muito que é necessário realizar nos façam sentir a necessidade de dispor de muito dinheiro.

Antes de terminar, chamo a atenção de V.ªs. Ex.ªs. para a verba de 100.000\$000 com que é dotado o pelouro dos jardins, para electrificação conveniente do jardim Público da Cidade. O estado em que se encontra a instalação eléctrica daquele departamento do Município é deficientíssimo e mesmo perigoso. Por isso

motivo, foi o jardim encerrado ao pôr do sol
já outem e desligada a corrente para evitar
qualquer desastre.

É nada mais havendo a tratar foi encer-
rada a sessão, da qual se lavrou a presente acta
para constar e que depois de lida em voz alta foi
aprovada e assinada pelos meus bros da mesa.

É eu Francisco Francisco Francisco, Chefe da Secretaria,
a subserivo.

Francisco Francisco
Francisco Francisco
Francisco Francisco